



TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES URBANAS: OLHARES AMBIVALENTES SOBRE A PROSTITUIÇÃO NA METRÓPOLE MINEIRA

Henrique Moreira de Castro ¹

José Antônio Souza de Deus ²

Paulo Henrique Correia da Silva ³

RESUMO

Esse artigo rastreia as territorialidades da prostituição em Belo Horizonte / MG, analisando as práticas a ela relacionadas. No sentido de compreender os significados e sentidos desse tema controverso, busca-se decodificar aí como os atores envolvidos se organizam territorialmente em termos da sua dinâmica organizacional e inter-relação com o espaço citadino. A prática da prostituição, em territórios “flexíveis” (de rua) ou “fixos”, difere em temporalidade, materialização no espaço, clientela, afetividade e “fetiche”. O *trottoir* (“baixo meretrício”), devido às suas singularidades constitui, particularmente, interessante foco de estudo. Em nosso trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica (problematizando sobre os conceitos /temas discutidos), além de mapeamento de campo para diferenciar territórios de prostituição feminina e masculina.

Palavras-Chave: Prostituição, Territórios Flexíveis, Sociabilidades.

INTRODUÇÃO

Como destaca Silva (2002), os territórios urbanos formam muito mais que um mosaico, pois existe superposição entre eles. As territorialidades urbanas são múltiplas e

¹ Prefeitura Municipal de Betim / MG; hmc8@terra.com.br

² Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGC / UFMG; jantoniosdeus@uol.com.br

³ Escola Estadual Custódio Félix - Ribeirão das Neves / MG; pauloleo_255@yahoo.com.br

admitem variada mobilidade espacial. E na cidade, os territórios são também fortemente demarcados, sendo constante a luta pela manutenção do seu controle. Souza (1995) assinala, a propósito, que as grandes metrópoles, com toda a sua complexidade, contêm os exemplos mais significativos, variados e interessantes das territorialidades denominadas, por ele, de “flexíveis”. O autor assinala que os territórios da prostituição, são, em particular, bastante “flutuantes” ou “móveis”. Seus limites tendem a ser instáveis, com áreas de influência deslizantes sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças. A criação de identidade territorial aí é apenas relativa, mais funcional, que afetiva - o que não significa que esses pontos não sejam, às vezes, disputados, podendo ocorrer aí choques entre grupos rivais (SOUZA, 1995). Silva (2002) coloca em evidência, a propósito, que o limite da atuação territorial pode também ser um limite cultural, comportamental, ou social onde a pessoa “*diferente*” não pode usufruir do mesmo espaço por não “*pertencer*” a ele. Nesse contexto a formação de guetos deve ser analisada como a imposição de uma territorialidade de exclusão, pois os indivíduos aí inseridos não controlam o território ao qual pertencem, nem sentem orgulho de tal pertencimento. No caso dos homossexuais, o autor coloca ainda em foco que a delimitação da territorialidade desse grupo conecta-se a posturas comportamentais se observando que os seus integrantes às vezes não são agredidos em seus territórios de convivência- o que pode ocorrer, entretanto, com maior frequência, quando eles se deslocam para fora desse perímetro.

Segundo Ribeiro e Mattos (2002), o território pode ser apropriado pelo grupo que exerce seu controle para conter o acesso de indivíduos a um determinado local. E a demarcação de fronteiras invisíveis nos espaços públicos acontece de forma simbólica, combinando uma direção no espaço e a legitimação de sua posse. Leme (2005) inclusive registra que existem duas cidades: a do dia, que é a do trabalho, da família, da moral e dos bons costumes; e a da noite, a face ilícita do urbano, dos cabarés, das grandes festas e da violência policial... É nesse “redemoinho humano” que a cidade vê se consolidarem os guetos de prostituição. O estudo do autor sobre a prostituição em Londrina (PR) constitui um exemplo de como esses territórios se organizam na historiografia da cidade. E vale ressaltar que a prostituição, a exclusão, os guetos e a violência podem despertar tanto sentimentos topofóbicos (TUAN, 2005), quanto homofóbicos (BORRILLO, 2010)⁴, gerando as “paisagens do medo”; ou ao contrário, sentimentos topofílicos, ou imagens positivas da prostituição (enquanto território de sociabilidade

⁴ De homofobia, neologismo e termo científico de origem grega, formado pelo radical ‘homos’, mais o sufixo ‘phobia’ - significando literalmente: ódio / aversão aos homossexuais.

alternativa). Silva (2006) considera que a prostituição de rua é a modalidade mais visível dessa prática social em razão do reconhecimento imediato que possibilita e de sua nítida configuração espacial. E por ter esse caráter de visibilidade, ela demarca e reorienta o território, gerando uma temporalidade cíclica, muitas vezes excludente e contraditória. De um lado, observa-se o “fetiche” e a sedução da prostituição; e de outro, a ambigüidade do conflito, da violência e do estigma. Como também salienta o autor o território, diferentemente do espaço, é um instrumento de exercício de poder. Ele é demarcado por limites simbólicos, como posturas, condutas, vestimentas e formas de comunicação oral entre seus ocupantes. Uma constatação relevante em relação à prostituição, a propósito, é que ela, quase sempre é obrigada a circunscrever-se a determinadas áreas da cidade de menor *status* social e valor econômico, em bairros pobres ou imediações de zonas comerciais populares. E o controle social (LEITE, 2005) é exercido aí pela polícia por meio de frequentes batidas, realizadas em bares, clubes dançantes, pontos de ônibus, ruas e avenidas, pois a prostituição, por ser considerada atividade “desviante”, sempre sofreu repressão apesar de nunca ter sido considerada atividade ilícita no país (ou seja, a prostituição *stricto sensu* nunca foi caracterizada explicitamente aqui, como atividade criminosa).

TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO NA METRÓPOLE MINEIRA

Na temática das territorialidades dos excluídos na metrópole mineira, destaca-se a pesquisa de Medeiros (2001), incidente nos bairros Lagoinha e Bonfim (esse último, historicamente conhecido, na cidade, como local de prostituição). O topônimo Bonfim deriva da construção aí, do primeiro cemitério da cidade, inaugurado em 1930. Sempre foi associado ao bairro, conseqüentemente, um sentimento topofóbico, de lugar de perdas, “mal assombrado”⁵, e que, por isso mesmo foi ocupado preferencialmente por prostitutas, *travestis*⁶ e pessoas de classes sociais menos favorecidas, sobretudo trabalhadores⁷. E as prostitutas e *travestis* foram inclusive atraídas ao lugar pela presença aí, desses homens solteiros ou casados cujos prazeres e carências afetivas elas podiam saciar, pois eles tinham deixado suas famílias para trás, no interior ou em outros estados (objetivando conseguir trabalho e instalando-se em hotéis ou pensões de baixo

⁵ Costa (2005, p. 237), destaca que a expulsão dos cemitérios para fora da área central das cidades tem a função de isolar o espaço da morte do espaço da vida. E é sob o respaldo triunfante do discurso médico-higienista que eles são afastados das proximidades das áreas habitadas.

⁶ Os termos: travesti e michê, hoje incorporados à língua portuguesa, provém do francês.

⁷ Operários da construção civil, mecânicos, mestres de obras, serralheiros, marceneiros, pequenos comerciantes, entre outros.

custo). No início do século XX, segundo Medeiros (2001, p. 59), os prostíbulos e casas de encontros do Bonfim passaram a ser frequentados por pessoas de padrões sociais mais diversificados, dando aos poucos a essa região da cidade uma atmosfera de “espaço idílico-etílico-transgressor”- o que, nós postulamos que acabou por reverter e ressignificar a percepção das pessoas sobre esse território (antes considerado eminentemente topofóbico). Ressalte-se que tal inflexão se deu numa época em que, como sinaliza Leme (2005), as “mulheres honestas”, em nome do respeito aos valores familiares e da manutenção dos “bons costumes”, deviam permanecer virgens até o casamento, enquanto os homens não só gozavam de maior liberdade sexual como se beneficiavam de certa tolerância para iniciarem-se sexualmente ainda solteiros, pois os valores morais hegemônicos então, calcados numa visão patriarcal e machista (só parcialmente superados com a “revolução sexual” do final do século XX- sobretudo nos 60/70), incentivavam os rapazes a usufruir desse privilégio, então negado às mulheres. No imaginário social, aliás, ainda vigora a associação da prostituta à mulher de rua, permissiva e promíscua- pessoa que se presta a serviços sexuais, nas suas mais variadas formas- e que não podem, em geral, ser reproduzidas com as esposas em casa. Essa imagem depreciativa da prostituição é firmada em oposição à figura íntegra e “imaculada” da mulher de casa, esposa e mãe. Isso cria, aliás, uma dualidade de papéis femininos, que são demarcados em pólos diametralmente opostos (SILVA, 2006). Autores como Leme (2005), Andrade e Teixeira (2004), Romeiro e Botelho (2003) destacam nesse sentido, que no cenário histórico brasileiro até algumas décadas atrás, enquanto os homens se divertiam com as chamadas “mulheres públicas”, suas esposas e filhas eram aconselhadas, em nome da defesa da honra e moral cristãs, a permanecerem castas, preservadas, junto ao “sagrado” espaço do lar. Para muitos, a existência da prostituição era visualizada, nesse período, como fator primordial para garantir a descarga dos instintos sexuais masculinos, salvaguardando a integridade moral das mulheres honestas da cidade.

A ÁREA CENTRAL DE BELO HORIZONTE E O EXERCÍCIO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

A área central de Belo Horizonte se individualiza no contexto do espaço urbano por apresentar grande concentração de prédios, atividades comerciais, serviços,

financeiras e grande fluxo de veículos e de pessoas. Além dessas atividades, o centro abriga as estações ferroviária, rodoviária, do metrô; e pontos de ônibus urbanos e intermunicipais que conectam a capital com cidades da região e colar metropolitanos. Dessa maneira é um local importante para a vivência de milhares de pessoas, que o procuram em busca de trabalho, de assistência à saúde, lazer ou prazer. Teixeira (1998, p. 122), descreve de maneira bela e poética esse setor da cidade ao assinalar que:

“no início, o centro era a imagem, o rosto, o lugar simbólico que melhor representava a comunidade dos belo-horizontinos. Era a feição própria da cidade, o ponto de encontro de todas as classes sociais, todas as raças, todas as danças. O lugar onde a cidade mais pulsava; o marco onde ela começou e diz a que veio que evoca suas origens, sua vocação e os objetivos dos habitantes ali instalados”.

O autor salienta, entretanto, que posteriormente tudo se passou:

“como se suas primeiras funções reagissem e passassem a desempenhar funções contrárias àquelas que as distinguiam das do resto da cidade e, gradativamente, lhe retirassem toda a força da gravidade. O centro passa a ser o lugar de onde escapa tudo que é bom: o bom comércio, os melhores serviços, o conforto, o dinheiro que gera investimento e empregos e para onde converge tudo que é ruim, a desordem, a marginalidade, a decadência” (TEIXEIRA, 1998, p. 125).

Surgiram aí então, novas paisagens urbanas que foram sendo (re)inventadas e (re)desenhadas por novos atores sociais: os indivíduos que trabalham em bares, restaurantes, motéis, bancos, escritórios, cinemas, lanchonetes, ou na limpeza e higiene da cidade. No turno noturno, em particular, o centro da metrópole se fragmentou e novas territorialidades, principalmente, dos excluídos, emergiram como as dos catadores de papel, dos meninos de rua, dos “sem-teto”, dos guardadores de carros ⁸, e evidentemente também, das profissionais do sexo e “garotos de programa”. Ribeiro e Mattos (2002) ressaltam que passa a existir aí, então, uma superposição de territorialidades, constituindo-se também aí, verdadeiros “*territórios do medo*”, em decorrência da violência praticada por diferentes grupos (DINIZ, 2007), que fazem desses territórios seu “espaço vivido”, bem como pela ação coercitiva da polícia, que assume aí, ora o papel de repressora, ora o de agente de extorsão contra as prostitutas (e prostitutos). Medeiros (2001, p.87), dialogando com Ribeiro e Mattos (2002) sobre o papel da polícia, aliás, aponta que:

“no bairro Bonfim, localizado na cidade de Belo Horizonte, caracterizado historicamente como um espaço da prostituição, a polícia assume o papel de dar segurança à população, fazendo

⁸ Conhecidos como “flanelinhas”.

cumprir as leis, especialmente através da repressão aos comportamentos considerados perigosos”.

A polícia, sempre exerceu “*competência*”, oprimindo e reprimindo sistematicamente os grupos mais vulneráveis da população (que se pode exemplificar pelas prostitutas e *travestis*). Em nome da “boa conduta, da moral e dos bons costumes”, os policiais desenvolvem um aparato repressivo, na maioria das vezes, humilhante e violento como justificativa do seu trabalho (MEDEIROS, 2001, p. 89). Os territórios da prostituição são definidos por Ribeiro e Mattos (2002), em termos da apropriação de uma rua ou conjunto de ruas, durante certo período de tempo, por determinado grupo de profissionais do sexo. O papel da polícia e de outros atores externos pode variar de intensidade, existindo dessa forma, num extremo, o(s) território(s) de prostituição criado(s) e controlado(s) pela polícia; e, num outro, o(s) território(s) que foge(m) ao controle da polícia, sendo aí, por ela reprimidas, as práticas consideradas socialmente degradantes. Medeiros (2001, p. 88 / 89) explicita, a propósito, que:

“o corpo policial, em geral, é formado por pessoas do sexo masculino que possuem o reconhecimento público para aplicar leis discriminatórias contra as pessoas que exercem a prostituição. Ao mesmo tempo, informantes (entre as prostitutas), relatam que, muitas vezes, a polícia é também cliente e faz uso indevido do poder obrigando-as a prestar serviços sexuais gratuitos”.

A polícia persegue especialmente as prostitutas e as *travestis* que “batalham nas ruas” e isto ocorre porque elas não estão vinculadas aos cafetões⁹ ou a algum estabelecimento de prostituição e se tornam extremamente vulneráveis à ação policial.

OS TERRITÓRIOS FIXOS: HOTÉIS DESTINADOS À PROSTITUIÇÃO

Atualmente podemos encontrar na metrópole, dois tipos de territórios da prostituição: os “fechados” ou “fixos”; e os “flexíveis” ou “abertos”¹⁰, cujas respectivas particularidades e especificidades discutiremos a seguir. Os “hotéis de batalha”¹¹ localizam-se na área central de Belo Horizonte, principalmente na região próxima ao terminal rodoviário (nas ruas: Guaicurus, Rio de Janeiro, São Paulo, e na Avenida Santos Dumont), funcionando das 8 às 23 horas- horário que é dividido em três turnos. Para cada turno é estipulada uma diária pelo proprietário do estabelecimento (e o valor é estabelecido de acordo com os recursos disponíveis em cada quarto). Segundo Medeiros

⁹ O termo designa homens/ mulheres que exploram financeiramente as prostitutas ou as *travestis* (no feminino: cafetinas).

¹⁰ Os territórios **fechados ou fixos** são aqueles que situam num determinado logradouro. Já os territórios **abertos ou flexíveis** são aqueles que se situam ou se distribuem por ruas ou avenidas da metrópole.

¹¹ São hotéis onde a característica principal é o exercício explícito da prostituição.

(2001), existem aproximadamente dezoito hotéis na região (onde a prostituição é exclusivamente exercida pelo sexo feminino: nenhum deles permite a permanência das *travestis*). Esses territórios permanecem como parte integrante do cenário urbano local desde a época “áurea” dos *cafés-concerto*, há mais de sessenta anos (SILVEIRA, 1996). Os hotéis variam em termos do seu porte, nível de organização, forma de funcionamento, número de quartos e recursos disponíveis. O horário e o turno de trabalho (ou de “batalha”, como preferem as profissionais do sexo), são definidos por elas, de acordo com a sua conveniência. O dono do estabelecimento é uma pessoa desconhecida pela prostituta e, por vezes por seus próprios gerentes. Esse ator anônimo é, em geral, um grande empresário, proprietário de uma rede de estabelecimentos do gênero. E naturalmente, é ele que detém os maiores lucros no empreendimento, e que, por não ser facilmente identificável, também não tem que “prestar contas” a ninguém. Num hotel desse tipo, impera a rotatividade e não existe vínculo empregatício, e as profissionais do sexo pagam aí ao dono do negócio, de 10 a 30 reais de diária, por turno. E se num hotel convencional, as diárias são fixadas a partir das 12 horas de determinado dia até as 12 horas do dia seguinte, nos “hotéis de batalha”, as diárias, como já assinalamos, são pagas por turno (correspondendo ao usufruto do quarto por algumas horas apenas). Como o dia é dividido em três turnos, isso significa que os donos triplicam seus lucros. As profissionais que necessitam trabalhar das 8 às 23 horas têm que desembolsar de 30 a 90 reais/dia pelo uso das instalações dos hotéis, o que significa que, essa “hóspede”, desembolsa de 150 a 450 reais por semana para o aluguel de seus aposentos. Além disso, é preciso se considerar que as prostitutas reservam um pagamento extra para os seus cafetões.

Muitas prostitutas não possuem residência fixa na capital, e nesse caso, têm que pernoitar no local de trabalho (devendo desembolsar mais uma quantia em dinheiro para isso). Nos hotéis convencionais, os hóspedes dispõem de serviços de limpeza (troca de roupas de cama e de banho e do material básico de higiene) e com a oferta do café da manhã. Já nos hotéis ocupados pelas prostitutas, não se oferecem serviços de camareiras e são elas mesmas as responsáveis pela limpeza dos aposentos (também não tendo direito a café. Esse serviço é cobrado à parte, para gerar maiores lucros para os donos dos hotéis). Aquelas prostitutas domiciliadas no local de trabalho garantem o seu próximo dia, os clientes e o seu próprio quarto. Esse local de dormir é ao mesmo tempo “real” e “imaginário”, pois, ilusoriamente, cria-se um elo afetivo da prostituta com esse lugar (ou “não-lugar”). Aí, elas cultivam suas fantasias e mantêm seus bichos de

pelúcia, fotos de artistas, bibelôs, bilhetes dos clientes (e/ou amantes), perfumes de qualidade duvidosa, entre outros pertences pessoais.

Vale ressaltar que as prostitutas, não exercendo uma profissão legalizada não podem receber aposentaria por invalidez ou qualquer outro benefício social, o que lhes obriga a depender da ajuda de pessoas e/ou organizações não-governamentais (ou religiosas), quando não podem mais exercer a sua “profissão”. Por outro lado, apesar dos estereótipos que a cercam, e dos preconceitos que a vitimam, não se pode esquecer que a prostituta, como um ser humano igual aos outros, desempenha outros papéis sociais, por exemplo: como filha, mãe e esposa- papéis que, aliás, expressam identidades que devem ser cotidianamente renegociadas no contexto particular de opção de vida que essa mulher assume. Silva (2006) destaca por outro lado que, ao contrário do que pressupõe o senso comum, uma zona de prostituição não é um ambiente caótico e permissivo. Assim como em outros ambientes, há regras bem claras aí estabelecidas; e infrações, geram sanções. É relevante assinalar que algumas dessas regras são expressões de uma moral convencional que se aproximam muito dos valores comportamentais e morais adotados pela sociedade como um todo.

OS TERRITÓRIOS FLEXÍVEIS: A PROSTITUIÇÃO NAS RUAS

As prostitutas que trabalham nos hotéis consideram o trabalho nas ruas mais penoso, pois as mulheres que aí “batalham”, além de permanecerem de pé durante muito tempo, estão expostas às intempéries... E quando os períodos da chuva ou do frio intenso chegam, a clientela se reduz. As prostitutas que trabalham nas ruas estão expostas a várias outras adversidades como o risco de sofrerem assaltos e violências físicas, a possibilidade da recusa de pagamento do cliente pelo “serviço prestado”, o desconhecimento da origem e procedência deste, etc. Mas em nossos trabalhos de campo, nas entrevistas que realizamos, verificamos que as prostitutas que trabalham nas ruas fazem também ponderações que são pertinentes sobre as vantagens que lhe oferecem seu “local de trabalho” registrando que a rua é o “lugar da liberdade”, do qual “ninguém é dono”, e assim, elas não estão vinculadas a gerentes de hotéis ou cafetões, não são obrigadas a permanecer em quartos fechados, podem se deslocar de um lado a outro, conseguindo mais clientes e determinando seu próprio preço para o “trabalho” que executam.

Segundo Medeiros (2001), essas mulheres não criam vínculos com o território, nem reproduzem aí, o espaço da casa. A casa constitui, nesse caso, um lugar totalmente

distanciado da rua, pois a maioria “faz ponto” em bairros afastados do lugar onde mora (o que se aplica também às *travestis* e “garotos de programa”). Outro fator relevante na(s) rua(s) é o anonimato. A rua “é de todos”, portanto vigoram aí, certa liberdade / cumplicidade entre o cliente e o(a) “prestador(a) do serviço”.

DIFERENCIAÇÃO DOS “TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO” EM BELO HORIZONTE

Os territórios da prostituição de rua feminina podem ser claramente delimitados no território urbano belo-horizontino. Um deles associa-se à presença de bares, restaurantes, boates e clubes de dança ao longo das avenidas: Olegário Maciel (particularmente no trecho dessa artéria situado entre as ruas dos Caetés e Tupi), Paraná (em toda a sua extensão) e Santos Dumont (tanto em ruas transversais, como paralelas a essa via). Nesses locais, após as 23 horas, cresce a concentração de prostitutas, pois muitas mulheres deixam de trabalhar nos hotéis então e vão para a rua, relaxar, se encontrar com seus namorados e *gigôlos* ou “arrumar um programa extra”. Outro território de prostituição feminina situa-se no alto da Avenida Afonso Pena (nas proximidades da Praça da Bandeira, até as confluências com a Avenida Brasil e Praça Tiradentes). Por ser uma área da capital próxima de bairros nobres (como: Mangabeiras, Cruzeiro, Anchieta), nesse território, aliás, existe uma concentração de prostitutas mais bonitas, bem vestidas, perfumadas e que, conseqüentemente, cobram um cachê mais elevado dos seus clientes para fazer um programa¹².

Já as *travestis*, frequentemente, em seus programas, têm de desempenhar um duplo papel, de sexualmente “ativas” e “passivas” com seus clientes e por isto utilizam mais preservativos (cujo uso está naturalmente relacionado à prevenção contra as *DST / AIDS*). Segundo Silva (2006), quanto à dinâmica dos programas, observa-se que a *travesti* fica na rua à espera de um eventual cliente, que pode vir de carro ou de moto. O valor do programa é sempre combinado previamente e depende muito do perfil social desse cliente. Segundo o autor há uma classificação estratificada dos clientes (em potencial), ligada à sua idade, aparência física e presumível *status* socioeconômico.

Pesquisa realizada por Silva (2006) em Goiânia demonstra que são dois os perfis dos clientes que procuram as *travestis*: o primeiro, de homens casados, mais

¹² Fora da área central podemos discriminar outros territórios de prostituição, situados nas ruas: Jaguarão, Caparaó, Mariana; e avenidas: Pedro II e N. S. de Fátima. Mais distante da área central, outro território localiza-se nas proximidades do Anel Rodoviário e BR-040, no sentido Brasília (onde há uma concentração de motéis); e na Avenida Pedro I, no trecho próximo ao *Hipermercado Via Brasil*, na região da Pampulha.

velhos, denominados por elas, de forma depreciativa, como “*mariconas*”; e o segundo, de jovens de aparência física mais atraente, os assim chamados “*boys*”. Com esse segundo tipo de cliente, as *travestis* podem fazer o programa de graça ou cobrar um valor bem inferior ao habitual ¹³. Um aspecto que deve ser enfatizado em relação à territorialidade das *travestis* é que elas não “batalham” sempre no mesmo local. Muitas “mudam de ponto”, conquistando outras ruas e, portanto, outros territórios, na cidade. É comum no universo das *travestis* também sua transferência de uma cidade para outra, em certos casos, para cidades situadas no Exterior ¹⁴. O uso de roupas de mulher; a adoção de uma aparência e a adaptação do seu corpo às formas femininas com o uso do silicone; os trejeitos e pseudônimos escolhidos são “artimanhas” utilizadas por elas para atrair o parceiro bissexual. Para Silva (2006), o corpo metamorfoseado pelo uso do silicone e hormônios, que, em algumas pessoas gera estranhamento e repulsa, para a *travesti* é paradoxalmente algo desejável, constitutivo da sua própria identidade. O uso do silicone para a *travesti* não se relaciona apenas à transformação do seu corpo, mas remete também à própria dinâmica da prostituição, que envolve um jogo de sedução, estabelecido entre a *travesti* e o cliente, no ato de negociação do programa. O uso desse produto está associado ao fetiche da sedução e ao poder, relacionando-se ao desejo de ser cobiçada e invejada pelas colegas (quanto mais silicone, mais poder! - pois esse é um produto relativamente caro). E é assim que, o uso do silicone e dos hormônios proporciona para a *travesti* não somente uma transformação física do corpo, mas também certo *status* junto ao grupo (SILVA, 2006). O homem que procura uma relação sexual com a *travesti* imaginariamente assume que está se relacionando com uma mulher. Dessa maneira, todas as fantasias sexuais dele podem ser realizadas com tal “parceira”. A *travesti* representa o simbólico do universo feminino: assim, para o homem, a relação sexual pode acontecer sem que seja “comprometida” sua

¹³ Em Belo Horizonte a territorialidade das *travestis* se materializa em praças, ruas e avenidas situadas na região próxima à Praça da Assembléia; na Praça Raul Soares; nas avenidas: Bias Fortes, Pedro II e Brasil; na Rua Santa Catarina, no trecho próximo ao “Templo Maior” da *Igreja Universal do Reino de Deus*; no cruzamento entre as ruas Aimorés e São Paulo; na Praça da Cemig e ruas próximas; em avenidas que dão acesso a cidades da Região Metropolitana e próximas a postos de gasolina. Merece destaque também a região da Pampulha, na área próxima ao *Hipermercado Via Brasil*, *Clube Labareda* e diversos motéis. As *travestis*, segundo a pesquisa realizada por Medeiros (2001), ocupam também ruas do Bonfim, onde costumam dividir o espaço com prostitutas. Elas relatam que essa associação nem sempre lhes traz problemas, visto que seus clientes não são os mesmos das mulheres. Além disso, ficando próximas às mulheres, podem ser confundidas com essas, o que garante maior naturalidade para as abordagens dos seus clientes.

¹⁴ A maioria sonha em fazer programas na Europa, principalmente na Espanha, França, Alemanha... Paris e a cidade do desejo e o “sonho de consumo” da grande maioria dos *travestis*. Na temporada de verão, as *travestis* e “garotos de programa”, aliás, migram em grande número para o Rio de Janeiro, direcionando-se principalmente para os bairros de Copacabana, Botafogo, Ipanema e Leblon.

masculinidade (embora a *travesti* presumivelmente possa assumir, nesse intercurso, o papel de ser ativo-passiva na relação). E quando por algum descuido, um “homem” é surpreendido por algum conhecido relacionando-se social ou sexualmente com uma *travesti*, ele pode “disfarçar”, afirmando que ele não sabia que estava estabelecendo uma interação com outro homem, que ele pensava estar se relacionando com uma mulher... Argumentando simploriamente: “Ela me enganou... Como pude ser ludibriado dessa forma?” Tal dissimulação não é possível no caso do relacionamento de um homem (que assume o estereótipo machista), com um homossexual não efeminado.

As expressões utilizadas para se referir aos profissionais do sexo que se prostituem vendendo uma imagem de masculinidade cuja representação gestual e discursiva se dá pela virilidade (SILVA, 2006), diferenciando-se diametralmente assim da(s) *travesti(s)* são: “garotos de programa”, *boys* ou *michês*. Apesar de sua presumível “virilidade”, em pesquisa de campo, pudemos constatar certa versatilidade em relação aos seus atributos e prestação de serviços. Segundo Silva (2006), os *michês* são, por outro lado, considerados como os atores mais flutuantes dentre os profissionais do sexo, não permanecendo por muito tempo num mesmo “ponto” (ou cidade). Devido a essa mobilidade, numa determinada via nem sempre são encontrados os mesmos rapazes. Segundo o autor, a causa dessa mobilidade são os furtos constantes que eles cometem. Ela ocorre para que eles não fiquem “marcados” por policiais ou pelas próprias vítimas. Podemos constatar tanto na pesquisa de Silva (2006), realizada em Goiânia; como na investigação de Ribeiro e Mattos (2002), efetivada no Rio de Janeiro; como no estudo de Perlongher, desenvolvido na cidade de São Paulo (2008), que inexistiu uma figura que controla esses “garotos de programa” cuja atividade é, portanto, individualizada e autônoma (o mesmo ocorre em Belo Horizonte), sendo o valor do programa relativamente equivalente em diferentes metrópoles, mas podendo ele assumir, preços variáveis, que são negociados com cada cliente. A maneira de se vestir dos *michês* é peculiar, pois a maioria deles usa camisetas tipo “regata” e calças *jeans* bem justas no corpo, sendo também geralmente homens musculosos (“*malhados*”¹⁵). Essa indumentária parece ser o seu “uniforme” que o(s) diferencia (e realça) no conjunto dos transeuntes. Segundo Silva (2006), uma pessoa que não compartilha esses códigos, não faria com facilidade a identificação do *michê*. Para sua clientela, o reconhecimento é feito sem dificuldades, entretanto, através da leitura de sinais

¹⁵ “Malhado” seria o indivíduo que trabalha o corpo em academias de ginástica para realçar uma hipertrofia muscular. Também conhecido como “*bombado*”, aquele que usa anabolizantes com frequência.

corporais e gestuais por eles adotados nas ruas. Muitos, por exemplo, quando os clientes passam de carro, se aproximam, procurando colocar em evidência seu órgão viril. Em Belo Horizonte, percebe-se que o perfil e histórias de vida dos “garotos de programa” são semelhantes àqueles observados, no mesmo segmento, noutras metrópoles. A maioria deles diz ter vindo do interior do estado ou de cidades da região metropolitana. Além de se prostituírem, muitos exercem profissões remuneradas durante o dia (em geral, ocupações com pouca qualificação). A maioria mora em bairros periféricos, ou em hotéis e pensões localizadas em áreas degradadas do centro das grandes cidades.

No imaginário homossexual, quase que generalizadamente, em relação ao papel sexual exercido numa relação de “ativo” ou “passivo”, a quem desempenha o primeiro atribui-se certo “poder”, pois quem o exerce não é considerado propriamente um homossexual, uma vez que o comportamento sexual “ativo” encontra-se relacionado a um clichê de exercício do controle sexual; papel, portanto “do macho”; enquanto ao elemento passivo se atribui, por excelência, o papel de submisso, representando dessa forma, a fêmea. Nas pesquisas de campo que efetuamos em Belo Horizonte, muitos *michês* contraditoriamente afirmaram, que, no exercício da sua atividade, faziam “o serviço completo”, atuando dessa forma indistintamente, como “ativos” ou “passivos” e satisfazendo quaisquer desejos sexuais dos seus clientes. Em sua apreciação da situação por eles mesmos vivenciada, o papel da masculinidade só se sustentava por estarem sendo remunerados pela prestação dos seus “serviços”. Alguns afirmam a identidade de bissexuais. Segundo autores como Silva (2006) e Teixeira (2011), a homossexualidade é, em geral, vista pelos *michês* como condição provisória e “casual” em suas vidas (sendo justificada, no seu discurso, essa experiência, pela necessidade de obtenção de dinheiro). É nesse contexto relacional, nessa constante “ratificação da masculinidade”, que os homens que se prostituem constroem a sua masculinidade, em oposição à feminilidade (SILVA, 2006). Atualmente, em Belo Horizonte, os territórios dos garotos de programa (*michês*)¹⁶ são menos extensos do que os territórios da prostituição

¹⁶ Até a década de 80, os territórios dos “garotos de programa” cobriam grande área no centro da cidade distribuindo-se pela Avenida Afonso Pena, desde a Rua São Paulo, entre as ruas dos Tamoios e da Bahia e no quarteirão onde se localiza o *Edifício Sulacap* (conhecida do público homossexual como “*galeria do amor*”; Praça Sete, principalmente na confluências da Rua Rio de Janeiro com Avenida Amazonas (onde antigamente se situava o *Cine Brasil*); Parque Municipal, em áreas próximas e dentro dos banheiros públicos masculinos; Rua Tupis, entre as ruas Rio de Janeiro e Espírito Santo (nessa época merecia destaque aí a “paquera” dentro do *Cine Regina*); Rua da Bahia, entre as ruas Carijós e Tupinambás, na área próxima e dentro do antigo *Cine Jacques* no *Cine Candelária* (especializado em filmes “pornôs”, atraindo, conseqüentemente, grande público homossexual); entorno da Praça Raul Soares; banheiro público do Terminal Rodoviário; e quadrilátero formado pelas ruas Espírito Santo, Goitacazes, Bahia e Avenida Augusto de Lima. Nos quarteirões compreendidos entre as ruas Goitacazes, Rio de Janeiro, Tupis e Espírito Santo, a conquista, a sedução e o acerto do “programa” tinham como componente básico,

feminina ou das *travestis*. Na transição entre as décadas de 80 e 90¹⁷, ocorreu pronunciada redução nos territórios de prostituição masculina no hipercentro. Vários fatores contribuíram para isso como: a proliferação da *AIDS*, a instalação de grades nos jardins da Igreja São José e Parque Municipal, o fechamento de vários cinemas localizados até então na área central, a maior vigilância policial, instalação de câmeras, e a intrusão nesses territórios, de pessoas mal-intencionadas que se misturaram aos “garotos de programa” objetivando assaltar (e mesmo assassinar) homossexuais.

Atualmente podemos registrar como territórios residuais de prostituição masculina na capital mineira, os arredores da Praça Raul Soares e algumas ruas do bairro Barro Preto. Fora do eixo central, podem-se discriminar outros territórios na orla da Lagoa da Pampulha (na área próxima ao Museu de Arte Moderna). A prostituição masculina continua a ser exercida também em saunas frequentadas por homossexuais ou bissexuais, em boates destinadas ao público LGBT¹⁸, e presumivelmente, até em *shopping centers*, onde se exercem hoje, crescentemente, territorialidades homoeróticas como o *Shopping Cidade*. E sua presença é rastreável, ainda, nos “novos territórios” virtuais da Internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante assinalar que o conceito de Território em Geografia vem assumindo novos significados nos últimos anos, o que possibilita o estudo de questões imbricadas com vivências espaciais no contexto urbano e que, vale ressaltar, estão fora de controle do Estado. Dentre esses, destacamos o(s) território(s) da prostituição de rua exercida por mulheres, *travestis* ou “garotos de programa”. A prostituição feminina que ocorre em territórios fixos em Belo Horizonte, no contexto dos hotéis / motéis “de batalha” persiste aí há cerca de 70 anos e faz parte do seu cotidiano- e, portanto, também do “espaço vivido” das pessoas que trabalham ou circulam nesses locais. Durante o dia, o comércio é intenso nesse quadrante da cidade e a atividade funciona paralelamente à prostituição feminina. Nos hotéis, a frequência de clientes aumenta, a propósito, no intervalo do almoço (ou, depois disso, após as 18 horas). A prostituição que ocorre nas

o automóvel. Esse atrativo seduz os “garotos” de programa. Na Rua Tamoios, entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo, onde hoje funciona o prédio central da *Telemar*, devido à penumbra do ambiente ensombrado pela presença de árvores e movimentado pela concentração de ônibus nesse local, a “paquera” e os acertos de programas eram intensos. Os jardins das igrejas São José e Boa Viagem, após as celebrações religiosas, eram também considerados territórios da prostituição e de encontros amorosos dos homossexuais numa paradoxal simbiose/ proximidade entre os espaços sagrado e profano.

¹⁷ Século XX

¹⁸ Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, *Travestis*, Transexuais e Transgêneros.

ruas, nos territórios classificados pelos geógrafos como “flexíveis”, materializa-se após as 21 horas e envolve tanto mulheres como *travestis* e “garotos de programa”. Vale assinalar que existe nesses territórios, dentro da dinâmica interna de cada um dos grupos, uma acirrada disputa pelo “ponto”, observando-se ainda cobrança de valores diferenciados pelos serviços (por exemplo, no alto da Avenida Afonso Pena, o preço pela prestação de serviços sexuais é acentuadamente mais elevado do que aquele cobrado próximo da estação rodoviária). Oliveira (2002) destaca, aliás, que o espaço urbano central sofre contínuas mutações de suas diferentes funções (comercial, de serviços, além da prostituição), provocando um deslocamento e intercruzamento de consumidores e usuários que imprimem no espaço uma coreografia: é o “o balé do lugar”. E ao término dos turnos em que se interrompe a maioria das atividades comerciais e de serviços é que emerge a atividade de caráter informal (mas que demarca permanentemente seu território) - ou seja, a prostituição, que marca, aliás, o território, com uma feição absolutamente singular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. T.; TEIXEIRA, A. E. - A Territorialidade da Prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, n. 11, p. 137-157, 1º. sem. 2004.
- BORRILLO, D. - **Homofobia**: História e Crítica de um Preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 141p.
- COSTA, M. C. L. - Os Cemitérios e a Espacialização da Morte. In: ALMEIDA, Maria Geralda, RATTIS, Alecsandro J. P. Geografia: **Leituras Culturais**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p. 237-260.
- DINIZ, A. M. A. - Topofobias e Condutas Defensivas: Uma Análise do Sentimento de Insegurança e Medo de Vitimização em Belo Horizonte. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa, GIL FILHO, Sylvio Fausto - **Da Percepção à Representação**: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista, São Paulo: Terceira Margem / NEER, 2007, p. 179-193.
- LEITE, J. L. - **República do Mangue** - Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954 / 1974). São Caetano do Sul (SP): Editora Yendis, 2005, 138 p.
- LEME, E. H. - **Noites Ilícitas**: Histórias e Memórias da Prostituição. Londrina (PR): EdUEL, 2005, 273 p.
- MEDEIROS, R. - O Bonfim da Prostituição: A Presença Ambivalente do Outro. In:

- Medeiros, Regina. **Permanências e Mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica Editora / PUC-MG, 2001, p. 49-108.
- OLIVEIRA, R. S. - Do Espaço Fechado ao Espaço Coletivo: O Balé do Lugar Em Meio à Territorialidade da Prostituição dos *Travestis* na Área Central de Nova Iguaçu, RJ. In: RIBEIRO, Miguel Angelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 141-159.
- PERLONGHER, N. - **O Negócio do Michê**: A Prostituição Viril em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, 271p.
- ROMEIRO, A., BOTELHO, A. V. – **Dicionário Histórico das Minas Gerais** – Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003, 320 p.
- SILVA, J. C. - O Conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 16-56.
- SILVA, R. A. - **Prostituição**: Artes e Manhas do Ofício. Goiânia: Cênone Editorial / UCG, 2006, 152 p.
- SILVEIRA, A. J. T. - O Sonho de Uma *Petite Paris*: Os Cafés no Cotidiano da Capital. In: DUTRA, Eliane de Freitas. **Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996, p. 119-182.
- SOUZA, M. J. L. - O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo César, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ FAPERJ, 1995, p. 77-116.
- RIBEIRO, M. A.; MATTOS, R. B. – Territórios da Prostituição de Rua na Área Central do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Miguel Angelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 88-112.
- TEIXEIRA, A. E. - Representação Sobre a Atividade de Garotos de Programa em Belo Horizonte (MG): Emprego, Trabalho ou Profissão? In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 11, 2011, Salvador, **Anais...** Salvador, UFBA, 2011, p. 1-18.
- TEIXEIRA, C. M. - **Em Obras**: História do Vazio em Belo Horizonte. São Paulo: Cosac & Naify, 1998, 334 p.
- TUAN, Y. - **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005, 375 p. Original Inglês.